

## 197ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de agosto de 2010, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. Antonio Alfredo Matthiesen, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros**: Mário Marcondes Lobo Filho, Maurício Vitor de Souza, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Ayrton Vidal Maron, Carlos Oliveira da Velha Filho, Carlos Alberto Silveira Calvo, Persio Souza de Assis, Sandro Flores Monteiro, Edson Cesar Aguiar, Zulfiro Antonio Bósio, Luiz Antonio de Camargo Fayet, Juarez Moraes e Silva, Hário Mirzo Tieppo Junior, João Gilberto Cominese Freire e Maria do Socorro Oliveira; **Convidados**: Ivani Suave – Delegacia da Receita Federal, Comandante Pacheco – Capitania dos Portos, Srs. Agileu e José Carlos Marcon - TC do Paraná e Sidney Pinto - Cotriguaçu; Elisangela Lopes - da CNA; **Justificativas de ausência**: Conselheiros: Cláudio Fernando Daudt, Michael Martins da Silva, Blásio José Munchen Wilson Moraes da Silva; 1 - **ABERTURA DOS TRABALHOS** – O Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos e o apoio recebido do Colegiado, quando atravessou um imprevisto problema de saúde, o que já fora superado e estava recuperado e pronto a dar continuidade aos trabalhos do CAP. 2 – **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretária do Conselho, que depois de recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; 3 - **POSSES: Bloco dos Operadores Portuários** – Conselheiro **AIRTON VIDAL MARON** – Representante Titular da Administração do Porto; 4 – **INFORMAÇÕES GERAIS: 4.1 APRESENTAÇÃO SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS PORTOS DO PARANÁ** - Representante Titular do Governo do Estado e Superintendente da APPA – Conselheiro **Mário Marcondes Lobo Filho**; falou de sua preocupação com o planejamento estratégico dos portos e que esta apresentação representa uma síntese de um estudo inicial e um legado que gostaria de deixar. Na seqüência, explanou e discorreu sobre os seguintes tópicos: a) Baía de Paranaguá; b) Área dos Portos Organizados; c) Porto Organizado x Ocupação; d) Acesso marítimo atual – Canal da Galheta; e) Proposta de Projetos – Canal da Galheta; f) Atual área primária do Porto de Paranaguá – Cais Comercial; g) Expansão proposta para área primária portuária; h) Área atualmente ocupada pelo porto dentro da área do Porto Organizado; i) Porto x cidade; j) Emaranhado logístico; l) Movimentação do Porto de Paranaguá – ano 2009; m) Vetores Logísticos da Organização Espacial Brasileira; n) Receita Cambial – 10 anos; o) Desafios Globais; p) Economia / Cenário – 10 anos; q) Acessos Rodoviários e Ferrovários atuais; r) Expansão da acessibilidade ao porto; s) Integração dos Portos do Paraná; t) Áreas Propostas para preservação ecológica; u) Problemas logísticos e Estratégicos; v) Obras urgentes. **Cons. Maria do Socorro** disse que como pertencente ao quadro funcional da APPA, não tinha noção da grave situação de posicionamento estratégico do porto de Paranaguá em relação aos portos brasileiros concorrentes, porque não vinha participando diretamente da Administração e as notícias que se tinha era de que o porto estava indo muito bem no cenário nacional. As recente análises feitas por um grupo de técnicos portuários, que estava aliado da administração, mostra uma situação grave para Paranaguá, sem investimentos significativos no porto, perdendo muito para a concorrência em vários pontos a começar pela profundidade do canal, que é, entre outros, um dos maiores problemas operacionais do porto. A situação embora grave não é sem saída, porque entre as grandes oportunidades que os portos do Paraná dispõem, está em sua excepcional área de porto organizado, com ótimos espaços para expansão portuária e preservação ambiental permanente. Além disso, outro ponto positivo é a possibilidade de expansão prevista no Plano Diretor do Município de Paranaguá, o qual é resultado de um excelente trabalho feito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Cons. Baka**, destacou a presença dos representantes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e também do Sr. Filuca Abud, Presidente da Empresa de Desenvolvimento de Paranaguá - EMDEPAR, sugerindo ao Conselho que o mesmo seja um convidado permanente das reuniões ordinárias. Parabenizou o Cons. Mario pela apresentação,

disse que se trata da integração do Plano de Desenvolvimento do porto com o Plano Diretor da cidade, apresentado em 2006, que teve a contribuição do quadro de engenheiros do Porto. Como contribuição a ser feita, tem apenas duas que são com relação as áreas dos parques ambientais que o Plano Diretor de Paranaguá abrange e também a de incorporar as vias de acesso ao porto e as alternativas propostas no Plano Diretor, que se encaixa perfeitamente no que foi falado pelo Cons. Mario. Também a questão da extensão da zona primária com total apoio da Prefeitura e a questão da zona de influência portuária que deverá haver uma manutenção. As duas vias primárias dos dois principais acessos à Paranaguá que são as Avenidas Bento Rocha e Ayrton Sena pertencem ao Governo Federal e estão delegadas ao Governo Estadual. Concluiu a todos para reivindicar junto a todas as esferas do Governo para que a ligação rodoviária Norte e Sul aconteçam e também para que a Ecovia faça a manutenção da rodovia 277 até o porto e não só até a rótula do Parque São João, deixando aproximadamente 5,4 km de rodovia sem manutenção. Cons. Bósio cumprimentou o Cons. Mario pela exposição, e que durante toda a sua participação no Conselho é a primeira vez que um Superintendente da APPA apresentou um projeto não só para o futuro do porto como para toda a cidade. Lembrou que há alguns anos atrás conversou com o Ministro das Cidades - Marcio Forte - sobre um programa de exportação "cidade exporta" que é uma integração sobre as cidades portuárias. Foi uma tese defendida por ele por acreditar que tem que haver esta integração entre o porto e município e, felizmente, o que vê neste projeto é esta possibilidade. Cons. Sandro parabenizou o Cons. Mario pela apresentação do plano, no entanto gostaria que o principal capítulo desta apresentação fosse com relação a realização da dragagem, porque não haverá futuro sem dragagem e o Paraná corre sério risco de perder bilhões de reais se essa questão não for solucionada. Cons. Juarez disse que a realização desse projeto é a conclusão de um desejo por há muito tempo almejado por todos, porque para Paranaguá não faltam recursos, faltam projetos. Essa é a diferença do Porto de Paranaguá para o de Porto de Santos. Sugeriu criar uma força tarefa no Porto de Paranaguá para que neste pouco espaço de tempo se possa cumprir dentro desse planejamento pelo menos a questão do PDZPO, que é uma exigência da Secretaria Especial de Portos. Cons. Fayet disse que a questão das deficiências do Porto de Paranaguá é culpa das autoridades federais e até do próprio CAP. Lembrou que quando foi solicitada a intervenção federal no porto de Paranaguá, o próprio Ministro dos Transportes disse que não, por razões políticas e este é o preço que aí está. As perdas que o setorial brasileiro teve em Paranaguá devem ser mostradas para que a situação seja mudada e acredita que será. A Secretaria Especial de Portos não ajudou Paranaguá porque Paranaguá não quis, desprezou ajuda por varias vezes. Cons. Mario comunicou que futuramente será distribuído aos Conselheiros um programa preparado pelo Núcleo de Assuntos do Mar relacionado ao Plano de Dragagem. Informou da criação de vários núcleos dentro da Administração Portuária e que o projeto apresentado foi uma elaboração do Núcleo Estratégico, cuja coordenação é da Cons. Maria do Socorro e que é um trabalho que vai ao encontro de suas idéias. Disse que pela pujança do porto, o mesmo cresceu em direção a cidade e, portanto, tem que estabelecer-se uma convivência de forma que se possa compatibilizar até porque há uma limitação. Acha importante o projeto de realocação da Vila Becker, porque além de tirar pessoas da área de risco, indica um caminho residencial para Paranaguá, é uma contribuição dupla, ou seja, para o porto e para a cidade. O desempenho do Porto de Paranaguá é bastante flexível e crescente, mesmo com todas as dificuldades. Cons. Edson, corroborando com o Cons. Sandro, disse que no momento o assunto que considera como fato grave e que com certeza acarretará prejuízos é a questão da dragagem. Embora saiba que a APPA, conjuntamente com a Secretaria dos Transportes e com o Governo, está envidando esforços para a solução do problema, mas face à urgência, solicitou que se busque resultados imediatos para que a APPA possa trabalhar de forma emergencial a questão da dragagem para que no menor espaço de tempo traga condição e estrutura para que se tenha as operações condizentes com a grandeza do Porto de Paranaguá. O Presidente parabenizou o Cons. Mario pela apresentação, se colocando a disposição para contribuir na discussão e implementação dos planos e projetos. **4.2 INFORMAÇÕES ACERCA DO ANDAMENTO DOS**

### TRABALHOS DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA APPA E DO PDZPO -

Coordenadora do Núcleo e Relatora da Comissão do PDZPO - **Conselheira Maria do Socorro de Oliveira** informou que a APPA está contratando uma Consultoria, através da UFPR, para elaborar o PDZPO. Existe uma preocupação de se fazer um Plano com estudos sérios e substanciados, de modo que não se caracterize como uma "colcha de retalho", que é o que vinha acontecendo em todo o sistema portuário brasileiro, resultando em ações e ocupação de solo não estudadas e planejadas, comprometendo o desenvolvimento portuário. A Secretaria Especial de Portos vem buscando consultorias internacionais, como a de Roterdã, para mudança desse paradigma antigo e atrasado. **Cons. Juarez** disse que as ponderações da **Cons. Maria** são consistentes, mas há uma ansiedade de todos com relação às situações que são impactantes e com a perspectiva em retomar o desenvolvimento adequado. Indagou qual é a visão da Comissão com relação ao Planejamento Estratégico para que se tenha uma ideia cronológica sobre as etapas que possam ser cumpridas. O **Presidente** solicitou informações acerca de um expediente recebido da ABTP, que solicitou apoio para que fossem promovidas adaptações nos contratos de arrendamentos celebrados antes de 1993 e que foi encaminhado a Comissão. **Cons. Maria do Socorro** disse que foi mantido contato com a APPA, que está equacionando a questão e pode dar maiores informações a respeito. **Cons. Mario** disse que a questão da adequação dos arrendamentos, bem como do Planejamento Estratégico e do PDZPO, foram objeto de um Termo de Compromisso firmado com a ANTAQ. Neste Termo existe um cronograma básico com um prazo estipulado para aprovação do PDZPO, que é de aproximadamente 180 dias. Existem duas situações distintas uma é o PDZPO que é o Plano de Zoneamento Portuário e o outro é uma questão mais ampla que é o que vai ser inserido no Plano Estratégico Brasileiro e como Paranaguá está muito atrasado, algumas coisas tem que ser feitas em paralelo. **Presidente** finalizou a discussão do item, sugerindo, com a anuência do Colegiado, que o expediente da ABTP seja encaminhado à APPA, para que a mesma dê uma resposta às questões levantadas ao tempo em que apresente um panorama e posicionamento atual dos mencionados contratos.

**4.3 INFORMAÇÕES ACERCA DA REVISÃO DAS NORMAS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE OPERADORES PORTUÁRIOS** - Relator da Comissão de Regulação Portuária - **Conselheiro Mário Marcondes Lobo Filho** informou que a Comissão se reuniu e chegou a um consenso em atender a uma solicitação do SINDOP para que o mesmo discutisse o assunto com os seus associados e a linha que deverão seguir é a de simplificar o máximo a norma de Pré-Qualificação. Diante disso solicitou que o assunto fosse deliberado na próxima Reunião Ordinária do Colegiado, o que foi aceito pelos Conselheiros. **INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ASSUNTOS DE CABOTAGEM** - Coordenador da Comissão - **Conselheiro Maurício Vitor de Souza** lembrou que a Cabotagem foi um meio de transporte muito ativo no passado até mesmo da existência de uma Companhia de Navegação Costeira, que fazia a costa brasileira. Disse que a cabotagem enfrenta um grande desafio: precisa de estrutura básica mínima com berços para atracação e de navios que façam essa navegação costeira. Por diversas razões a navegação de cabotagem foi perdendo espaço e hoje há interesse e empenho em reimplantar essa atividade nos Portos do Paraná. A cabotagem compete com longo curso com custos mais baixos, mas também com receita mais baixa. Informou que foi efetuado uma pesquisa junto a ANTAQ onde se constatou haver um interesse muito grande com relação a cabotagem e efetivamente há demanda para a mesma. Todos os segmentos consultados, com pequenas restrições, responderam positivamente e ofertaram descontos nos seus serviços dando assim apoio e contribuição ao incentivo da cabotagem. Desse modo, procedeu a explanação do Relatório Conclusivo da Comissão, que além das diversas considerações propõe ao Colegiado que: a) **PROMOVA** gestões junto à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), no sentido da concessão de desconto no percentual de até 50% (cinquenta por cento) nas tarifas INFRAMAR, INFRACAIS e INFRAPORT, na movimentação de cargas de cabotagem no porto de Paranaguá; b) **BUSQUE** junto aos respectivos Órgãos Públicos, notadamente Receita Federal, Ministério da Agricultura e

Secretaria Estadual da Fazenda, a desoneração burocrática, no sentido de dar celeridade no desembaraço das cargas de Cabotagem no porto de Paranaguá; c) **SUGIRA** à APPA que realize gestões junto ao Governo do Estado do Paraná, para obtenção de incentivos fiscais sobre os tributos relacionados às operações de Cabotagem nos portos do Paraná. **Cons. João Gilberto** cumprimentando a Comissão pela maneira como concluiu os trabalhos e a coragem de recomendar à APPA conceder desconto tarifário, o que é muito importante para transformar o Porto de Paranaguá em um porto de atração de cargas, a exemplo de outros portos. O **Presidente** disse que como todos os Conselheiros se manifestaram de forma favorável, entende que o Relatório poderia ser votado. Desta forma o Conselho decidiu, por unanimidade, aprovar o **Relatório Conclusivo 002/2010, de 16/08/2010, da Comissão Especial para Assuntos de Cabotagem**. Ficou decidido não se extinguir ainda a respectiva Comissão, que acompanhará a busca e implementação das medidas propostas. **5 - EXPEDIENTE: O Presidente** destacou o recebimento de alguns expedientes, um da Transparência Brasil, que solicita esclarecimentos sobre supostas "Concessões e Permissões de Área Portuária sem Licitação no Paraná" e cópia de outros dois encaminhados por armadores ao TCP. **Cons. Fayet** sobre o expediente da Transparência Brasil vê o mesmo apenas como uma forma de tornar público algumas coisas, mas, já que o documento foi recebido pelo CAP, cabe a APPA informar se os fatos são verídicos ou não e o CAP relacioná-los e encaminhar à ANTAQ. Lembrou que estava sendo votado no Congresso um projeto de lei sobre gestão de risco em logísticas que poderá ter uma influência muito grande aqui. Também solicitou a agilização da contratação da batimetria para evitar problemas futuros com a licitação da dragagem. Alertou a Superintendência da APPA sob o Projeto de aquisição da Draga, do Silo Horizontal e da reforma do Cais por considerar os projetos economicamente inconsistentes. **Presidente**, disse que, por sugestão do Colegiado, **encaminhará o expediente da Transparência Brasil para que a APPA se manifestasse a respeito do seu conteúdo**. **Cons. Juarez**, com relação aos expedientes dos Armadores, esclareceu que são decorrentes de uma correspondência encaminhada aos armadores pelo TCP, contestando a cobrança de uma taxa com valores considerados absurdos, por alegada baixa produtividade do terminal. Apesar das dificuldades, principalmente ocorridos em função de fatores climáticos que ocasionaram o fechamento da barra por aproximadamente uma semana, além de defeito em um "porteiner" o que dificultou as operações, o TCP cumpriu todas as exigências das Janelas de Atracação. **Cons. Sandro** disse que a ABTP corrobora com a posição do TCP, e diz que isto mostra o poder do Armador em cima do porto, lembrou o benefício das Janelas de atracação, que foi uma luta para se conseguir sugeriu que o CAP adote a posição de apoio porque é uma questão que atinge toda a economia brasileira. **Cons. Fayet** lembrou a forte cartelização do sistema portuário nacional, agravada pelo Decreto 6.620/08, que elimina a concorrência nos portos brasileiros. Entende que essa é uma questão de contratos privados, típica do comércio e não cabe ao CAP se posicionar porque assim sendo estará ultrapassando seus limites. **Cons. Maria** diz que o Conselho não tem dados suficientes para analisar a situação, mas a concorrência é realmente um problema e a saída é o terminal ficar cada vez mais preparado. **Cons. Carlos Alberto** disse que não resta dúvida que o problema é comercial entre o TCP e os Armadores, no entanto reconhece que a incidência de fechamento de barra em Paranaguá é um problema maior que em outros portos, portanto atinge a todos, porque aqui muitas restrições que há anos vem se discutindo, inclusive com sugestão de aquisição de VTS o que facilitaria muito essa questão. **Comandante Pacheco** manifestou a preocupação da Capitania dos Portos com relação aos berços 208 e 209 que necessitam de uma adequação de calados. O **Presidente** sugeriu trazer o assunto entre TCP e Armadores de volta na próxima reunião. **5.1 - Relatório Operacional da APPA; 5.2 - Relatório de Atividades do OGMO; 5.3 - Correspondências Expedidas e Recebidas; 6 - ASSUNTOS GERAIS** : O **Presidente** nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a 197ª Reunião Ordinária, tendo eu Vítor Roberto Muller Bernardi lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

**Conselheiros:**

Antonio Alfredo Matthiesen

Mario Marcondes Lobo Filho

Maurício Vitor de Souza

José Baka Filho

Ivany Marés da Costa

Airton Vidal Maron

Carlos Oliveira da Velha Filho

Carlos Alberto Calvo

Pérsio Souza de Assis

Edson Cezar Aguiar

Sandro Flores Monteiro

Zulfiro Antonio Bósio

Maria do Socorro Oliveira

Hario Mirzo Tieppo Junior

Luiz Antonio de Camargo Fayet

Juarez Moraes e Silva

João Gilberto Cominese Freire

**Convidados:**

Comandante Pacheco - da CPPR

Ivani Suave - da RFB

Sidney Pinto - Cotriguaçu

Agileu e José Carlos Marcon - TC / PR

Elisangela Lopes - CNA